

SUMÁRIO

NOTA À 4ª EDIÇÃO	25
PREFÁCIO	27
Capítulo I	
LINHAS INTRODUTÓRIAS	31
1. Direito Processual Penal	31
1.1. Conceito e finalidade	31
1.2. Características	32
1.3. Posição enciclopédica	33
2. Entendendo o tema	33
2.1. Interesse	33
2.2. Pretensão	33
2.3. Lide	33
2.4. Ação	35
2.5. Processo	36
2.5.1. Procedimento (aspecto objetivo do processo)	36
2.5.2. Relação jurídica processual (aspecto subjetivo do processo)	36
3. Sistemas processuais	37
3.1. Sistema inquisitivo	37
3.2. Sistema acusatório	38
3.3. Sistema misto ou acusatório formal	38
4. Fontes	39
4.1. Conceito	39
4.2. Classificação	39
5. Analogia	41
5.1. Conceito	41
5.2. Espécies	41
6. Interpretação da Lei Processual	42
6.1. Quanto à origem ou ao sujeito que a realiza	42
6.2. Quanto ao modo ou aos meios empregados	44
6.3. Quanto ao resultado	44
7. A Lei Processual Penal no Tempo	45
7.1. Retroatividade pro réu	46
8. A Lei Processual Penal no Espaço	46
9. Princípios processuais Penais	50
9.1. Princípio da presunção de inocência ou da não-culpabilidade	50
9.2. Princípio da imparcialidade do juiz	52
9.3. Princípio da igualdade processual	52
9.4. Princípio do contraditório ou bilateralidade da audiência	53
9.5. Princípio da ampla defesa	53
9.6. Princípio da ação, demanda ou iniciativa das partes	54
9.7. Princípio da oficialidade	54
9.8. Princípio da oficiosidade	54
9.9. Princípio da verdade real	54
9.10. Princípio da obrigatoriedade	55

9.11. Princípio da indisponibilidade	56
9.12. Princípio do impulso oficial.....	57
9.13. Princípio da motivação das decisões.....	57
9.14. Princípio da publicidade	57
9.15. Princípio do duplo grau de jurisdição	58
9.16. Do juiz natural	59
9.17. Do promotor natural ou do promotor legal	59
9.18. Do defensor natural	60
9.19. Princípio do devido processo legal	61
9.20. Princípio do favor rei ou favor réu.....	62
9.21. Princípio da economia processual.....	62
9.22. Princípio da oralidade	62
9.23. Princípio da autoritariedade.....	64
9.24. Princípio da duração razoável do processo penal	64
9.25. Princípio da proporcionalidade.....	67
9.26. Princípio da inexigibilidade de auto-incriminação	70
10. Quadro Sinótico	71
11. Súmulas Aplicáveis.....	77
11.1. STJ.....	77
11.2. STF.....	77
12. Informativos recentes.....	77
12.1. STJ.....	77
12.2 STF.....	78
13. Questões de concursos públicos.....	80

Capítulo II

INQUÉRITO POLICIAL	85
1. A persecução criminal.....	85
2. Polícia Judiciária e Polícia Administrativa	85
2.1. Polícia administrativa ou de segurança.....	86
2.2. Polícia judiciária	86
3. Conceito e Finalidade do Inquérito Policial	86
3.1. Natureza jurídica do inquérito	87
4. Inquéritos não policiais.....	87
5. Características do Inquérito Policial	90
5.1. Discricionariedade	90
5.2. Escrito.....	91
5.3. Sigiloso	91
5.4. Oficialidade.....	93
5.5. Oficiosidade	93
5.6. Indisponibilidade.....	94
5.7. Inquisitivo	94
5.8. Autoritariedade	95
5.9. Dispensabilidade.....	96
6. Competência (atribuição).....	96
6.1. Critério territorial.....	96
6.2. Critério material.....	96
6.3. Critério em razão da pessoa	96
7. Prazos.....	97

SUMÁRIO

7.1. Regra geral.....	97
7.2. Prazos especiais.....	97
7.3. Contagem do prazo.....	98
8. Valor probatório.....	99
9. Vícios.....	101
10. Notitia criminis (notícia do crime).....	102
10.1. Conceito.....	102
10.2. Espécies.....	103
11. Peças inaugurais do inquérito policial.....	105
12. Incomunicabilidade.....	105
13. Providências.....	107
13.1. Reprodução simulada dos fatos.....	113
13.2. Indiciamento.....	114
14. Encerramento.....	115
14.1. Crimes de ação penal pública.....	115
14.2. Crimes de ação penal privada.....	123
15. Considerações finais.....	124
15.1. Termo circunstanciado.....	124
15.2. Controle externo da atividade policial.....	125
16. Quadro sinótico.....	125
17. Súmulas aplicáveis.....	130
17.1. STJ.....	130
17.2. STF.....	130
18. Informativos recentes.....	131
18.1. STJ.....	131
18.2. STF.....	131
19. Questões de concursos públicos.....	133

Capítulo III

AÇÃO PENAL	141
1. Conceito.....	141
2. Características.....	141
2.1. Localização no ordenamento jurídico.....	142
3. Condições da ação.....	142
3.1. Conceito.....	142
3.2. Oportunidade para verificação das condições da ação.....	147
4. Classificação das ações.....	149
4.1. Ação penal pública incondicionada.....	149
4.1.1. Conceito e titularidade.....	149
4.1.2. Princípios informadores.....	150
4.2. Ação pública condicionada.....	152
4.2.1. Conceito e considerações.....	152
5. Ação penal privada.....	159
5.1. Conceito e considerações.....	159
5.2. Titularidade.....	160
5.3. Princípios.....	160
5.4. Espécies de ação penal privada.....	165
5.5. Custas e honorários advocatícios.....	167
6. Questões complementares.....	168

6.1.	Ação de prevenção penal	168
6.2.	Ação penal ex officio	168
6.3.	Ação penal pública subsidiária da pública	169
6.4.	Ação penal popular	169
6.5.	Ação penal nos crimes contra a honra de funcionário público	170
6.6.	Ação penal nos crimes contra a dignidade sexual	171
6.6.1.	Direito intertemporal	173
6.7.	Ação penal secundária	174
6.8.	Ação penal adesiva	174
6.9.	Ação penal na injúria por preconceito	175
7.	Inicial acusatória	175
7.1.	Conceito	175
7.2.	Requisitos formais	176
7.3.	Prazos para oferta da denúncia	180
7.3.1.	Prazos especiais para oferta da denúncia	180
7.3.2.	Início da contagem do prazo e o seu encerramento	181
7.3.3.	Desatendimento do prazo	181
7.4.	Prazos para oferta da queixa-crime	182
7.4.1.	Prazos especiais	182
7.5.	Aditamento da queixa	183
7.6.	Rejeição da denúncia ou queixa	183
7.6.1.	Repropositura da ação	186
7.6.2.	Rejeição X não recebimento	186
7.6.3.	Rejeição parcial	186
7.6.4.	Recurso para combater a rejeição	187
7.6.5.	Fundamentação do recebimento e recebimento tácito	187
8.	Quadro sinótico	189
9.	Súmulas aplicáveis	196
9.1.	STJ	196
9.2.	STF	196
10.	Informativos recentes	196
10.1.	STJ	196
10.2.	STF	197
11.	Questões de concursos públicos	198

Capítulo IV

AÇÃO CIVIL EX DELICTO	205
1. Considerações iniciais	205
2. Legitimidade ativa e passiva	205
3. Competência na ação reparatoria	207
4. Sistemas processuais	208
5. Suspensão da demanda civil	210
5.1. Regime legal da suspensão	210
6. Execução da sentença condenatória penal	211
7. Sentença absolutória e subordinação temática	212
8. Revisão criminal e ação rescisória	214
9. Prazo prescricional	214
10. Quadro Sinótico	214
11. Súmulas Aplicáveis	216

11.1. STJ	216
12. Informativos recentes.....	216
12.1. STJ	216
12.2. STF.....	217
13. Questões de concursos públicos.....	217
Capítulo V	
JURISDIÇÃO E COMPETÊNCIA.....	219
1. Jurisdição	219
1.1. Conceito	219
1.2. Princípios	220
1.2.1. Investidura.....	220
1.2.2. Indelegabilidade.....	220
1.2.3. Juiz natural	220
1.2.4. Inafastabilidade	221
1.2.5. Inevitabilidade ou irrecusabilidade	221
1.2.6. Correlação ou relatividade	221
1.2.7. Devido processo legal	225
1.3. Características	225
1.3.1. Inércia.....	225
1.3.2. Substitutividade.....	225
1.3.3. Lide	226
1.3.4. Atuação do direito	226
1.3.5. Imutabilidade	226
2. Competência.....	226
2.1. Conceito	226
2.2. Critérios.....	227
2.2.1. Competência material	227
2.2.2. Competência funcional	227
2.3. Competência racione materiae.....	228
2.3.1. Justiça comum estadual.....	228
2.3.2. Justiça comum federal.....	228
2.3.3. Competência da justiça especializada militar	239
2.3.4. Competência da justiça especializada eleitoral	241
2.4. Competência racione loci	241
2.4.1. Domicílio ou residência do réu	243
2.4.2. Critério subsidiário.....	243
2.4.3. Crimes praticados a bordo de navios ou aeronaves	244
2.4.4. Crimes praticados no exterior	245
2.4.5. Súmulas aplicadas.....	246
2.5. Competência pela natureza da infração	246
2.6. Competência racione personae ou racione functionae	246
2.6.1. Prerrogativa de função e manutenção do cargo ou mandato.....	248
2.6.2. Prerrogativa X tribunal do júri	249
2.6.3. Prerrogativa funcional dos prefeitos	250
2.6.4. Foro privilegiado e deslocamento	250
2.7. Competência absoluta X relativa	250
2.8. Prevenção.....	251
2.9. Distribuição.....	252

2.10. Conexão e continência	252
2.10.1. Conexão	253
2.10.2. Continência	254
2.11. Foro prevalente	255
2.12. Separação de processos	258
2.12.1. Separação obrigatória	258
2.12.2. Separação facultativa	261
2.13. Perpetuatio jurisdictionis	262
2.13.1. Surgimento de nova vara	262
3. Quadro sinótico	263
4. Súmulas aplicáveis	270
4.1. STJ	270
4.2. STF	271
5. Informativos recentes	272
5.1. STJ	272
5.2. STF	277
6. Questões de concursos públicos	279

Capítulo VI

QUESTÕES E PROCESSOS INCIDENTES	291
1. Considerações iniciais	291
2. Questões prejudiciais	293
2.1. Classificação	293
2.1.1. Prejudicial homogênea e heterogênea	293
2.1.2. Prejudicial obrigatória e facultativa	294
2.1.3. Prejudicial total e parcial	295
2.1.4. Prejudicial devolutiva e não devolutiva (princípio da suficiência)	295
2.2. Natureza jurídica	296
2.3. Sistemas de solução	296
2.4. Processamento da prejudicial obrigatória e da facultativa	297
2.5. Recursos	298
2.6. Prescrição	298
3. Exceções	298
3.1. Conceito	298
3.2. As espécies de exceções e seus processamentos	299
3.2.1. Exceção de suspeição	299
3.2.2. Exceção de incompetência	302
3.2.3. Exceção de litispendência	303
3.2.4. Exceção de ilegitimidade de parte	304
3.2.5. Exceção de coisa julgada (exceptio rei judicatae)	305
4. Incompatibilidades e impedimentos	307
4.1. Processamento	307
4.2. Efeitos	309
4.3. Recursos	309
5. Conflito de jurisdição	309
5.1. Espécies e competência	310
5.2. Processamento	311
5.3. Recursos	311
6. Conflito de atribuições	312

SUMÁRIO

6.1.	Competência para dirimir o conflito	312
6.2.	Processamento.....	314
7.	Restituição de coisas apreendidas	314
7.1.	Introdução	314
7.2.	Autoridade restituinte.....	314
7.3.	Confisco	315
7.4.	Procedimento da restituição	315
7.5.	Recurso	316
8.	Medidas assecuratórias	316
8.1.	Sequestro de bens imóveis	316
8.1.1.	Cabimento	316
8.1.2.	Embargos	317
8.1.3.	Recurso.....	317
8.1.4.	Levantamento	317
8.1.5.	Destinação ao final do processo.....	318
8.2.	Sequestro de bens móveis	318
8.2.1.	Cabimento	318
8.2.2.	Embargos.....	318
8.2.3.	Recurso.....	318
8.2.4.	Levantamento	318
8.2.5.	Destinação ao final do processo	318
8.3.	Hipoteca legal	319
8.3.1.	Cabimento	319
8.3.2.	Procedimento	319
8.3.3.	Recurso.....	320
8.3.4.	Levantamento.....	320
8.3.5.	Destinação ao final do processo.....	320
8.4.	Arresto de bens móveis (antigo sequestro definitivo).....	321
8.4.1.	Cabimento	321
8.4.2.	Procedimento	321
8.4.3.	Recurso.....	322
8.4.4.	Levantamento.....	322
8.4.5.	Destinação ao final do processo.....	322
8.5.	Arresto de imóveis (antigo sequestro prévio)	322
8.5.1.	Cabimento	323
8.5.2.	Recurso.....	323
9.	Incidente de falsidade.....	323
9.1.	Introdução	323
9.2.	Espécies.....	324
9.3.	Legitimidade	325
9.4.	Procedimento do incidente.....	325
9.5.	Efeitos	326
9.6.	Recurso	326
10.	Incidente de insanidade mental	326
10.1.	Introdução	326
10.2.	Procedimento	327
10.3.	Sequência	327
10.4.	Recurso	328
10.5.	Insanidade que se manifesta no cumprimento da pena.....	328

10.6. Insanidade superveniente.....	329
11. Quadro Sinótico.....	329
12. Súmulas Aplicáveis.....	339
12.1. STJ.....	339
13. Informativos recentes.....	339
13.1. STJ.....	339
13.2. STF.....	340
14. Questões de concursos públicos.....	340

Capítulo VII

PROVA.....	345
1. Teoria Geral da Prova.....	345
1.1. Conceito e finalidade.....	345
1.2. Destinatários.....	346
1.3. Natureza jurídica.....	346
1.4. Objeto.....	347
1.5. Classificação da prova.....	348
1.5.1. Quanto ao objeto.....	348
1.5.2. Quanto ao efeito ou valor.....	348
1.5.3. Quanto ao sujeito ou causa.....	349
1.5.4. Quanto à forma ou aparência.....	349
1.6. Meios de prova.....	349
1.7. Vedação probatória.....	350
1.8. Teorias sobre o tema “provas ilícitas”.....	353
1.8.1. Teoria dos frutos da árvore envenenada (fruits of the poisonous tree).....	353
1.8.1.1. Teorias decorrentes.....	355
1.8.2. Princípio da proporcionalidade ou razoabilidade.....	359
1.8.3. Teoria da exclusão da ilicitude da prova.....	362
1.9. Prova emprestada.....	362
1.10. Ônus da prova.....	363
1.11. Iniciativa do juiz.....	365
1.12. Sistemas de apreciação da prova.....	367
1.12.1. Sistema da certeza moral do juiz ou íntima convicção.....	368
1.12.2. Sistema da certeza moral do legislador, das regras legais ou da prova tarifada.....	368
1.12.3. Sistema do livre convencimento motivado ou persuasão racional.....	368
1.13. Princípios da prova.....	370
1.13.1. Princípio da auto-responsabilidade das partes.....	370
1.13.2. Princípio da audiência contraditória.....	370
1.13.3. Princípio da aquisição ou comunhão.....	370
1.13.4. Princípio da oralidade.....	370
1.13.5. Princípio da publicidade.....	370
1.13.6. Princípio do livre convencimento motivado.....	371
1.14. Procedimento probatório.....	371
2. Provas em espécie.....	372
2.1. Exames periciais.....	372
2.1.1. Considerações gerais.....	372
2.1.1.1. Assistente técnico.....	374
2.1.2. Realização das perícias.....	375

SUMÁRIO

2.1.3.	Apreciação dos laudos periciais.....	377
2.1.4.	Exame de corpo de delito.....	377
2.1.5.	Necessidade do laudo.....	379
2.1.6.	Outras perícias.....	379
2.1.6.1.	Exame necroscópico.....	379
2.1.6.1.1.	Exumação.....	380
2.1.6.2.	Exame de lesões corporais.....	381
2.1.6.3.	Perícia em incêndio.....	381
2.1.6.4.	Perícia laboratorial.....	382
2.1.6.5.	Exame grafotécnico.....	382
2.1.6.6.	Exame nos instrumentos da infração.....	383
2.1.6.7.	Exame na destruição ou rompimento de obstáculo e na escalada.....	384
2.1.6.8.	Avaliação.....	385
2.1.6.9.	Exame de embriaguez ao volante.....	385
2.2.	Interrogatório do acusado.....	386
2.2.1.	Conceito e natureza jurídica.....	386
2.2.2.	Necessidade e reinterrogatório.....	388
2.2.3.	Formalidades do interrogatório.....	389
2.2.4.	Procedimento.....	393
2.2.4.1.	Preliminares.....	393
2.2.4.2.	Conteúdo.....	394
2.2.4.3.	Formalidades.....	396
2.2.4.4.	Interrogatório do réu menor de vinte e um anos.....	397
2.2.4.5.	Compatibilidade com o inquérito policial.....	398
2.3.	Confissão.....	401
2.3.1.	Conceito e objeto.....	401
2.3.2.	Natureza jurídica.....	401
2.3.3.	Espécies.....	401
2.3.4.	Requisitos.....	402
2.3.5.	Peculiaridades.....	403
2.3.6.	Valor probatório.....	403
2.3.7.	Delação e delação premiada.....	404
2.4.	Perguntas ao ofendido.....	407
2.4.1.	Considerações gerais: conceito e natureza.....	407
2.4.2.	Repercussões processuais.....	408
2.4.3.	Valor probatório das declarações do ofendido.....	409
2.4.4.	Prerrogativas do ofendido.....	409
2.5.	Testemunhas.....	411
2.5.1.	Conceito e natureza.....	411
2.5.2.	Características da prova testemunhal.....	411
2.5.3.	Recusa e impedimento.....	412
2.5.4.	Demais vedações.....	413
2.5.5.	Deveres da testemunha.....	414
2.5.6.	Número de testemunhas.....	415
2.5.7.	Classificação.....	415
2.5.8.	Lugar do depoimento e precatória.....	416
2.5.9.	Testemunho dos militares e funcionários públicos.....	417
2.5.10.	Procedimento para tomar o depoimento.....	418

2.5.11.	O depoimento.....	420
2.5.12.	Falso testemunho e prisão em flagrante.....	423
2.5.13.	Competência para julgamento do falso testemunho.....	424
2.5.14.	Proteção.....	424
2.5.15.	Valor Probatório.....	425
2.6.	Reconhecimento de pessoas e coisas.....	425
2.6.1.	Conceito e natureza jurídica.....	425
2.6.2.	Reconhecimento de pessoas.....	425
2.6.2.1.	Procedimento.....	426
2.6.2.2.	Intimidação.....	426
2.6.3.	Reconhecimento fotográfico e fonográfico.....	427
2.6.4.	Reconhecimento de coisas.....	427
2.7.	Acareação.....	428
2.7.1.	Conceito e natureza.....	428
2.7.2.	Pressupostos.....	428
2.7.3.	Procedimento.....	428
2.7.4.	Valor probatório.....	429
2.8.	Documentos.....	429
2.8.1.	Conceito.....	429
2.8.2.	Espécies.....	429
2.8.3.	Requisitos.....	430
2.8.4.	Produção.....	430
2.8.5.	Tradução.....	431
2.8.6.	Restituição.....	431
2.9.	Indícios e presunções.....	432
2.9.1.	Conceito.....	432
2.9.2.	Classificação.....	432
2.9.3.	Valor probatório.....	433
2.10.	Busca e apreensão.....	433
2.10.1.	Conceito e natureza jurídica.....	433
2.10.2.	Iniciativa.....	434
2.10.3.	Objeto.....	434
2.10.4.	Momento.....	436
2.10.5.	Espécies.....	436
2.10.5.1.	Busca domiciliar.....	436
2.10.5.2.	Busca pessoal.....	443
3.	Quadro sinótico.....	444
4.	Súmulas aplicáveis.....	459
4.1.	STJ.....	459
4.2.	STF.....	460
5.	Informativos recentes.....	460
5.1.	STJ.....	460
5.2.	STF.....	462
6.	Questões de concursos públicos.....	465
Capítulo VIII		
SUJEITOS NO PROCESSO PENAL.....		477
1.	A relação processual penal.....	477
2.	Órgãos do Poder Judiciário e do Ministério Público.....	478

2.1. Juiz	478
2.2. Ministério Público	479
2.3. Funcionários do Poder Judiciário	482
2.4. Auxiliares do juízo	483
3. Acusado e defensor	484
4. Querelante	487
5. Assistente do Ministério Público	488
6. Assistente da defesa	492
7. Quadro sinótico	492
8. Súmulas aplicáveis	493
8.1 STF	493
9. Informativos recentes	494
9.1. STJ	494
9.2. STF	494
10. Questões de concursos públicos	494

Capítulo IX

PRISÕES	499
1. Conceito	499
2. Formalidades e execução	500
2.1. Mandado de prisão	500
2.2. Restrição de horário e inviolabilidade domiciliar	501
2.3. Prisão em perseguição	503
2.4. Prisão em território diverso da atuação judicial	504
2.5. Prisão especial	505
2.6. Emprego de força e uso de algemas	506
2.7. Regime disciplinar diferenciado (RDD)	510
3. Prisão em flagrante	512
3.1. Conceito	512
3.2. Espécies de flagrante	513
3.2.1. Flagrante próprio (propriamente dito, real ou verdadeiro)	513
3.2.2. Flagrante impróprio (irreal ou quase flagrante)	514
3.2.3. Flagrante presumido (ficto ou assimilado)	514
3.2.4. Flagrante compulsório ou obrigatório	514
3.2.5. Flagrante facultativo	515
3.2.6. Flagrante esperado	515
3.2.7. Flagrante preparado ou provocado	515
3.2.8. Flagrante prorrogado (retardado, postergado, diferido, estratégico ou ação controlada)	517
3.2.9. Flagrante forjado	519
3.2.10. Flagrante por apresentação	519
4. Flagrante nas várias espécies de crime	519
4.1. Crime permanente	519
4.2. Crime habitual	520
4.3. Crime de ação penal privada e pública condicionada	521
4.4. Crime continuado	521
4.5. Infração de menor potencial ofensivo	522
5. Sujeitos do flagrante	523
5.1. Sujeito ativo	523

5.2.	Sujeito passivo	523
5.3.	Autoridade competente	525
6.	Procedimentos e formalidades	526
6.1.	Nota de culpa	528
6.2.	Remessa à autoridade.....	529
7.	Prisão preventiva.....	530
7.1.	Conceito.....	530
7.2.	Pressupostos.....	530
7.3.	As hipóteses de decretação	531
7.4.	Infrações que comportam a medida	534
7.5.	Decretação e sistema recursal	536
7.6.	Fundamentação	537
7.7.	Revogação.....	538
7.8.	Apresentação espontânea	539
7.9.	Preventiva X excludentes de ilicitude.....	539
8.	Prisão temporária	540
8.1.	Conceito	540
8.2.	Decretação.....	540
8.3.	Cabimento	541
8.3.1.	Imprescindibilidade para as investigações do inquérito policial (inciso I).....	541
8.3.2.	Indiciado não tem residência fixa ou não fornece elementos para sua identificação (inciso II).....	542
8.3.3.	Quando houver fundadas razões, de acordo com qualquer prova admitida na legislação penal, de autoria ou participação do indiciado nos seguintes crimes relacionados (inciso III).....	542
8.4.	Prazos.....	545
8.4.1.	Regra geral (art. 2º da Lei n.º 7.960/1989).....	545
8.4.2.	Crimes hediondos e assemelhados, quais sejam, tráfico de drogas, terrorismo e tortura (parágrafo 4º, art. 2º, Lei n.º 8.072/1990).....	545
8.5.	Procedimento	546
9.	Prisão decorrente da decisão de pronúncia	547
10.	Prisão decorrente de sentença condenatória recorrível	549
11.	Prisão administrativa.....	552
12.	Prisão civil.....	553
13.	Prisão para averiguações.....	554
14.	Quadro sinótico.....	554
15.	Súmulas aplicáveis.....	562
15.1.	STJ	562
15.2.	STF.....	562
16.	Informativos recentes.....	563
16.1.	STJ	563
16.2.	STF.....	567
17.	Questões de concursos públicos.....	572

Capítulo X

LIBERDADE PROVISÓRIA

1.	Conceito	583
2.	Espécies.....	584

2.1.	Liberdade provisória obrigatória.....	584
2.2.	Liberdade provisória permitida.....	585
2.3.	Liberdade provisória vedada.....	585
3.	Liberdade provisória sem fiança.....	585
3.1.	Liberdade provisória sem fiança e sem vinculação.....	585
3.2.	Liberdade provisória sem fiança e com vinculação.....	587
3.2.1.	Restrições.....	588
3.2.2.	Fundamentação.....	591
3.2.3.	Outras hipóteses de cabimento.....	592
3.2.4.	Sistema recursal.....	592
4.	Liberdade provisória mediante fiança.....	593
4.1.	Fiança X liberdade provisória mediante fiança.....	593
4.2.	Objetivos da fiança.....	593
4.3.	Valor da fiança.....	594
4.3.1.	Demais critérios para o arbitramento.....	595
4.4.	Modalidades de fiança.....	596
4.5.	Obrigações do afofançado.....	596
4.6.	Vedações legais.....	597
4.6.1.	Vedações do art.323, CPP.....	597
4.6.2.	Vedações do art.324, CPP.....	601
4.6.3.	Demais vedações.....	602
4.7.	Quebra da fiança.....	603
4.8.	Perda da fiança.....	604
4.9.	Cassação da fiança.....	604
4.10.	Reforço da fiança.....	605
4.11.	Dispensa da fiança.....	606
4.12.	Procedimento.....	607
4.13.	Execução.....	607
5.	Quadro sinótico.....	608
6.	Súmulas aplicáveis.....	614
6.1.	STJ.....	614
7.	Informativos recentes.....	614
7.1.	STJ.....	614
7.2.	STF.....	615
8.	Questões de concursos públicos.....	616

Capítulo XI

ATOS DE COMUNICAÇÃO PROCESSUAL.....	621
1. Formas de comunicação processual.....	621
2. Citação.....	622
2.1. Conceito.....	622
2.2. Espécies.....	622
2.2.1. Citação pessoal.....	623
2.2.2. Citação por edital.....	626
2.2.3. Citação por hora certa.....	629
3. Intimação e notificação.....	630
4. Revelia e suspensão do processo penal.....	633
5. Informatização do processo judicial.....	636
6. Quadro Sinótico.....	639

7. Súmulas Aplicáveis.....	640
7.1. STJ.....	640
7.2. STF.....	640
8. Informativos recentes.....	641
8.1. STJ.....	641
8.2. STF.....	643
9. Questões de concursos públicos.....	645

Capítulo XII

SENTENÇA	651
1. Noção de sentença.....	651
2. Classificação das sentenças.....	653
3. Fundamentação e estrutura das sentenças.....	655
4. Sentenças em processo penal condenatório e seus efeitos.....	662
4.1. Sentença condenatória.....	662
4.1.1. Técnica da sentença penal condenatória.....	670
4.2. Sentença absolutória.....	672
4.3. Sentença declaratória de extinção da punibilidade.....	676
5. Coisa julgada e preclusão.....	676
6. Quadro Sinótico.....	678
7. Súmulas aplicáveis.....	684
7.1. STF.....	684
8. Informativos recentes.....	684
8.1. STF.....	684
9. Questões de concursos públicos.....	686

Capítulo XIII

PROCEDIMENTOS	691
1. Considerações Gerais.....	691
2. Procedimento comum.....	692
2.1. Procedimento comum ordinário (artigos 394 a 405, CPP).....	694
2.1.1. Questões complementares.....	701
2.1.2. Sequência.....	708
2.2. Procedimento comum sumário (artigos 531 a 536, CPP).....	709
2.2.1. Sequência.....	711
2.3. Procedimento comum sumaríssimo (juizados especiais criminais).....	712
2.3.1. Considerações iniciais.....	712
2.3.2. Fase preliminar.....	713
2.3.3. Audiência preliminar.....	714
2.3.4. Procedimento sumaríssimo.....	718
3. Procedimentos especiais.....	720
3.1. Crimes afiançáveis imputados a funcionário público.....	722
3.1.1. Peculiaridades do procedimento.....	724
3.1.2. Sequência.....	726
3.2. Crimes contra a honra.....	726
3.2.1. Sequência.....	728
3.3. Entorpecentes.....	729
3.3.1. Sequência.....	734
3.4. Procedimento especial para os crimes falimentares.....	735
3.5. Outros procedimentos especiais.....	737

3.5.1.	Procedimento criminal da ação penal originária dos tribunais	737
3.5.2.	Procedimento para os crimes contra a propriedade imaterial	740
3.5.3.	Procedimento para a restauração de autos extraviados	742
4.	Procedimento especial dos crimes dolosos contra a vida	745
4.1.	Fundamentos do tribunal do júri	745
4.2.	Princípios reitores	746
4.3.	Características	748
4.4.	Rito especial do júri	749
4.4.1.	Judicium accusationis	750
4.4.1.1.	“Sentença” de pronúncia	752
4.4.1.2.	Impronúncia	757
4.5.	Sentença de absolvição sumária	759
4.6.	Decisão de desclassificação da infração penal contra a vida	762
4.7.	Rito especial do júri: <i>judicium causae</i>	765
4.8.	Libelo	766
4.9.	Contrariedade ao libelo	769
4.10.	Desaforamento	769
4.11.	Instalação da sessão do júri	771
4.11.1.	Noção de sessão do júri	771
4.11.2.	Alistamento dos jurados	771
4.11.3.	Organização da pauta	773
4.11.4.	Sorteio e convocação dos jurados	773
4.11.5.	Função de jurado	774
4.11.6.	Reunião e sessões do tribunal do júri	775
4.12.	Formação do conselho de sentença	778
4.13.	Atos instrutórios	779
4.14.	Debates e poderes do juiz	781
4.15.	Formulação dos quesitos e votação	783
4.16.	Sentença e ata da sessão	787
5.	Procedimento especial dos crimes militares	789
6.	Quadro Sinótico	795
7.	Súmulas Aplicáveis	812
7.1.	STJ	812
7.2.	STF	812
8.	Informativos recentes	812
8.1.	STJ	812
8.2.	STF	814
9.	Questões de concursos públicos	815

Capítulo XIV

RECURSOS	823
1. Teoria geral dos recursos	823
1.1. Conceito	823
1.2. Natureza jurídica	824
1.3. Fundamentos e o duplo grau de jurisdição	825
1.4. Princípios recursais	826
1.5. Impedimentos	831
1.6. Pressupostos de admissibilidade recursal	833
1.6.1. Pressupostos objetivos de admissibilidade recursal	834

1.6.2.	Pressupostos subjetivos de admissibilidade recursal	836
1.6.3.	Juízo de admissibilidade e competência recursal	838
1.7.	Efeitos recursais	840
1.8.	Extinção dos recursos	842
2.	Recursos em espécie	842
2.1.	Apelação	842
2.1.1.	Noção	842
2.1.2.	Interposição	844
2.1.3.	Cabimento	846
2.1.4.	Processamento	848
2.1.5.	Julgamento	850
2.2.	Recurso em sentido estrito	853
2.2.1.	Noção	853
2.2.2.	Interposição	854
2.2.3.	Cabimento	855
2.2.4.	Processamento	860
2.2.5.	Julgamento	863
2.3.	Carta testemunhável	864
2.3.1.	Noção	864
2.3.2.	Interposição	866
2.3.3.	Cabimento	866
2.3.4.	Processamento	867
2.3.5.	Julgamento	869
2.4.	Correição Parcial	870
2.4.1.	Noção	870
2.4.2.	Interposição	871
2.4.3.	Cabimento	871
2.4.4.	Processamento	872
2.4.5.	Julgamento	873
2.5.	“Embarginhos” e embargos de declaração	873
2.5.1.	Noção	873
2.5.2.	Interposição	873
2.5.3.	Cabimento	874
2.5.4.	Processamento	874
2.5.5.	Julgamento	875
2.6.	Protesto por novo júri (revogado)	876
2.6.1.	Noção	876
2.6.2.	Interposição	878
2.6.3.	Cabimento	879
2.6.4.	Processamento	880
2.6.5.	Julgamento	881
2.7.	Agravo regimental	881
2.7.1.	Noção	881
2.7.2.	Interposição	881
2.7.3.	Cabimento	882
2.7.4.	Processamento	883
2.7.5.	Julgamento	883
2.8.	Embargos infringentes e de nulidade	883
2.8.1.	Noção	883

SUMÁRIO

2.8.2.	Interposição.....	884
2.8.3.	Cabimento.....	884
2.8.4.	Processamento.....	886
2.8.5.	Julgamento.....	886
2.9.	Recursos especial e extraordinário.....	887
2.9.1.	Noção.....	887
2.9.2.	Interposição.....	888
2.9.3.	Cabimento.....	888
2.9.4.	Processamento.....	891
2.9.5.	Julgamento.....	894
2.10.	Reclamação constitucional.....	894
2.10.1.	Noção.....	894
2.10.2.	Interposição.....	895
2.10.3.	Cabimento.....	895
2.10.4.	Processamento.....	896
2.10.5.	Julgamento.....	896
2.11.	Recurso ordinário constitucional.....	897
2.11.1.	Noção.....	897
2.11.2.	Interposição.....	897
2.11.3.	Cabimento.....	899
2.11.4.	Processamento.....	899
2.11.5.	Julgamento.....	900
2.12.	Agravo de instrumento.....	901
2.12.1.	Noção.....	901
2.12.2.	Interposição.....	901
2.12.3.	Cabimento.....	902
2.12.4.	Processamento.....	902
2.12.5.	Julgamento.....	903
2.13.	Embargos de divergência.....	903
2.13.1.	Noção.....	903
2.13.2.	Interposição.....	903
2.13.3.	Cabimento.....	903
2.13.4.	Processamento.....	904
2.13.5.	Julgamento.....	904
2.14.	Agravo em execução.....	904
2.14.1.	Noção.....	904
2.14.2.	Interposição.....	905
2.14.3.	Cabimento.....	905
2.14.4.	Processamento.....	906
2.14.5.	Julgamento.....	907
2.15.	Reclamação contra a lista geral de jurados.....	907
2.15.1.	Noção, interposição e cabimento.....	907
2.15.2.	Processamento e julgamento.....	908
3.	Quadro Sinótico.....	908
4.	Súmulas aplicáveis.....	928
4.1.	STJ.....	928
4.2.	STF.....	928
5.	Informativos recentes.....	930
5.1.	STJ.....	930

5.2. STF.....	933
6. Questões de concursos públicos.....	935
Capítulo XV	
NULIDADES	941
1. Nulidades processuais em geral.....	941
1.1. Introdução.....	941
1.1.1. Noção de nulidade.....	941
1.1.2. Sistemas de nulidades: rol exemplificativo X rol taxativo.....	942
1.1.3. Fundamento constitucional.....	944
1.1.4. Tipicidade e atipicidade do ato processual.....	946
1.1.5. Elementos e formalidades do ato processual penal.....	947
1.1.6. Confronto doutrinário.....	948
1.3. Classificações das nulidades.....	949
1.3.1. Influência do direito privado.....	949
1.3.2. Fundamento das classificações.....	949
1.3.3. Divergências na terminologia classificatória.....	949
1.3.4. Doutrina clássica X nova doutrina das nulidades processuais.....	950
1.3.5. Vantagens e desvantagens da adoção de uma classificação.....	950
1.3.6. Relativização das nulidades processuais.....	952
1.3.7. Classificações na doutrina.....	952
1.4. Princípios informativos das nulidades.....	956
2. inexistência dos atos processuais.....	962
3. Nulidades absolutas e relativas.....	963
3.1. A arguição de nulidade.....	963
3.2. Efeitos.....	965
4. Hipóteses passíveis de reconhecimento judicial de nulidade.....	966
4.1. Falta ou deficiência de defesa.....	966
4.2. Ilegitimidade da parte.....	969
4.3. Incompetência do juízo.....	972
4.4. Incompatibilidade, impedimento, suspeição ou suborno do juiz.....	974
4.5. Inexistência ou defeito de peça acusatória ou de representação.....	977
4.6. Ausência de intervenção do Ministério Público.....	979
4.7. Ausência ou defeito de citação e do interrogatório do réu.....	980
4.8. Sentença de pronúncia e libelo-crime acusatório (revogado) defeituosos.....	982
4.9. Não-intimação do réu da data de julgamento pelo júri.....	984
4.10. Presença de pelo menos quinze jurados para o júri.....	985
4.11. Concessão de prazos processuais.....	986
4.12. Falta de intimação de testemunhas.....	988
4.13. Falta de exame de corpo de delito nos crimes que deixam vestígios.....	991
4.14. Irregularidade no sorteio e incomunicabilidade dos jurados.....	992
4.15. Defeito ou contradição na quesitação e nas respectivas respostas no júri.....	993
4.16. Irregularidades surgidas nos debates perante o tribunal popular.....	994
4.17. Vícios na sentença.....	995
4.18. Descumprimento de disposição que preconiza reexame necessário.....	999
4.19. Falta ou irregularidade na intimação de atos processuais.....	1001
4.20. Descumprimento do <i>quorum</i> legal de julgamento nos tribunais.....	1002
4.21. Omissão de formalidade essencial de ato processual.....	1003
5. Reconhecimento judicial da nulidade e saneamento do ato processual penal.....	1004

6. Quadro Sinótico	1005
7. Súmulas aplicáveis	1017
7.1. STF	1017
8. Informativos recentes	1018
8.1. STJ	1018
8.2. STF	1022
9. Questões de concursos públicos.....	1024

Capítulo XVI

AÇÕES AUTÔNOMAS DE IMPUGNAÇÃO.....	1029
1. De ordem geral.....	1029
2. Habeas corpus	1029
2.1. Fundamentos	1029
2.2. Cabimento.....	1032
2.2.1. Violação à liberdade de ir e vir	1032
2.2.2. Habeas corpus preventivo, repressivo e suspensivo	1034
2.2.3. Crime com pena privativa de liberdade	1034
2.2.4. Transgressão disciplinar.....	1035
2.3. Processamento e julgamento.....	1036
2.3.1. Competência.....	1036
2.3.2. Legitimidade ativa e passiva	1038
2.3.3. Forma de propositura	1039
2.3.4. Rito processual.....	1040
2.3.5. Julgamento	1043
2.3.6. Trancamento do inquérito, do processo ou do termo circunstanciado de ocorrência.....	1045
2.3.7. Habeas corpus ex officio, liberdade provisória e relaxamento de prisão..	1046
2.3.8. Recursos em habeas corpus.....	1046
3. Mandado de Segurança	1047
3.1. Fundamentos	1047
3.2. Cabimento.....	1049
3.3. Processamento e julgamento.....	1052
3.3.1. Competência.....	1052
3.3.2. Legitimidade ativa e passiva	1053
3.3.3. Procedimento do mandado de segurança	1055
3.3.4. Julgamento	1058
3.4. Mandado de segurança coletivo.....	1060
4. Revisão Criminal.....	1061
4.1. Fundamentos.....	1061
4.2. Cabimento.....	1062
4.3. Processamento e julgamento.....	1063
4.3.1. Competência.....	1063
4.3.2. Legitimidade ad causam.....	1064
4.3.3. Propositura	1065
4.3.4. Rito da revisão criminal	1066
4.3.5. Julgamento e indenização	1067
5. Quadro sinótico.....	1069
6. Súmulas aplicáveis.....	1081
6.1. STJ	1081

6.2. STF.....	1081
7. Informativos recentes.....	1081
7.1. STJ.....	1081
7.2. STF.....	1083
8. Questões de concursos públicos.....	1086

Capítulo XVII

DISPOSIÇÕES GERAIS DO CPP.....	1091
1. Audiências e sessões.....	1091
2. Publicidade.....	1092
3. Poder de polícia do juiz.....	1092
4. Prazos.....	1093
4.1. Prazos penais X prazos processuais.....	1093
4.2. Fluência dos prazos processuais.....	1094
4.3. Prazos processuais em espécie.....	1095
4.4. Princípios informadores da disciplina dos prazos processuais.....	1098
5. Retirada de autos.....	1099
6. Custas processuais.....	1099
7. substituição do escrivão/diretor de secretaria.....	1101
8. estatística judiciária criminal.....	1101
9. Quadro sinótico.....	1102
10. Informativos recentes.....	1105
10.1. STF.....	1105
11. Questões de concursos públicos.....	1105

Capítulo XVIII

TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL.....	1107
1. Sistema internacional de persecução criminal.....	1107
2. Jurisdição e competência.....	1109
2.1. Competência material irretroativa.....	1109
2.2. Atuação da jurisdição do Tribunal Penal Internacional.....	1110
2.3. Princípios informadores da jurisdição e da competência do Tribunal Penal Internacional.....	1110
3. Princípios informadores do direito penal e do processo penal internacional.....	1113
4. Inquérito.....	1115
5. Procedimento criminal.....	1116
5.1. Juízo de Instrução.....	1116
5.3. Juízo de Julgamento.....	1118
5.4. Juízo de Recursos.....	1120
6. Execução da pena.....	1121
7. Quadro sinótico.....	1122
8. Questões de concursos públicos.....	1125

BIBLIOGRAFIA.....	1127
--------------------------	-------------